

## **Tópicos de correção - Exame de Direito das Sociedades Comerciais**

### **Mestrado em Direito e Prática Jurídica**

12 de janeiro de 2023

Duração: 1h30

#### **I.** (5 valores)

Identificar o problema da possibilidade de uma sociedade adquirir a totalidade das suas ações. Explicar os motivos que levam a que a aquisição de ações próprias seja limitada por lei e concluir que uma sociedade anónima não pode adquirir a totalidade das suas ações.

Questionar a problematizar a possibilidade de uma sociedade por quotas adquirir a totalidade das suas quotas.

#### **II.** (5 valores)

Identificar e explicar as funções do Direito à informação, nomeadamente a sua relevância autónoma e a sua relevância instrumental/funcional como forma de possibilitar a participação em assembleia geral e de controlar a administração. Identificar, explicando, as diversas formas como se pode manifestar o direito à informação (direito a fazer perguntas, direito de consulta e direito de inspeção).

Explicar que, apesar do seu papel central, o Direito à informação é limitado em diversos pontos do sistema societário em função de outros valores e interesses. Identificar que as restrições ao direito à informação são superiores nas Sociedades Anónimas e explicar os motivos.

Identificar as restrições existentes ao direito à informação, em particular as constantes do artigo 288.º, que restringem o direito à informação aos sócios com apenas 1% do capital social e o direito coletivo à informação, em que se restringe a possibilidade de colocar questões por escrito à administração a quem tenha 10% do capital social.

De acordo com o artigo 214.º/2 do CSC nas sociedades por quotas pode ser regulado o direito à informação. Noutras sociedades, pode defender-se a aplicação analógica desta norma, desde que não sejam derogadas disposições imperativas. Equacionar que disposições devem ser consideradas imperativas.

#### **III.** (5 valores)

Identificar e explicar as funções do capital social (função interna de organização e financiamento e função externa de demonstrar solidez financeira e de garantia dos credores). Identificar regime associado à tutela da integridade do capital social, nomeadamente limitações às distribuições.

Identificar e explicar críticas mais relevantes apontadas ao modelo assente no capital social.

Identificação crítica de modelos alternativos e conclusão pessoal por aquela que parece a melhor solução.

**IV.** (5 valores)

Identificar os valores e interesses protegidos pelo regime nacional da assistência financeira (artigo 322.º do CSC).

Comparação com a solução prevista na Diretiva 2006/68/CE do parlamento e do Conselho de 6 de setembro de 2006.

Ponderação crítica.